



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**“A IMPORTÂNCIA DAS ZEEs NO CRESCIMENTO
ECONÓMICO, O CASO DA ZEE LUANDA-BENGO”**

ARYCLENES JOSÉ SÁTIRO PASCOAL

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA MARIA FERNANDA ILHÉU

SETEMEBRO-2018

A Importância das ZEEs no Crescimento Económico, o Caso da ZEE Luanda-Bengo
Aryclenes Pascoal



MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**“A IMPORTÂNCIA DAS ZEEs NO CRESCIMENTO
ECONÓMICO, O CASO DA ZEE LUANDA-BENGO”**

ARYCLENES JOSÉ SÁTIRO PASCOAL

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA MARIA FERNANDA ILHÉU

SETEMEBRO-2018

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, pai Todo-Poderoso. Por todas as oportunidades e vitórias que tenho alcançado, pelos momentos bons e maus dos quais tenho retirado sempre uma lição de vida. Gostaria de agradecer aos meus pais, José Domingos Pascoal e Luísa Fátima Sátiro Pascoal, pelo amor e carinho dedicado, se hoje sou o que sou, é fruto da primeira escola da vida que tive, o que me faz dizer sem margem de erro, querido pai e querida mãe, essa vitória é vossa.

Este trabalho não teria pernas para andar sem a orientação da Ph.D. Fernanda Ilhéu, pela paciência e boa disposição com que sempre me recebeu no seu gabinete, bem como o pragmatismo e rigor que a caracterizam. Desse modo, gostaria de expressar o meu eterno agradecimento por todo o conhecimento que me transmitiu, e que servirão para toda a vida.

Os meus agradecimentos aos meus amados e queridos irmãos, Edmir Pascoa, Ducha Pascoal, Isabel João, Ana Ferreira, Juelson Jorge, Denilson Pascoal e Cesário Pascoal, um especial e fraterno agradecimento a Idaldina Reis (pelo apoio e incentivo no início dessa caminhada), sem esquecer o contributo de Hélio Vicente, Paulo Ferreira, ao meu querido padrinho Ramos da Cruz, e muitos outros que poderei não mencionar por questão de gestão de conteúdo, mas a minha gratidão esta presente. Tive um apoio direto e muito expressivo dos meus queridos tios Belmira Saraiva e Luís Saraiva, juntamente com Patrícia Tavares, Denzel Saraiva, Luís Saraiva Jr, Ana Sofia Saraiva, Sary Saraiva, dos quais fico eternamente grato pelo acolhimento, pela paciência e pelo desejo de me ver alcançar tal conquista. Este agradecimento é extensivo ao Magnífico Reitor da Universidade Lusíada Dr. Mário Pinto de Andrade, Prof. Fernando Ribeiro, Prof^a Cristina Pinto, a Conceição Ceíça, Tio Serveira, Hernany Gonçalves, Edna Gonçalves, Bruno Félix, Jucelma Pascoal, aos meus colegas Luís Marçal, Malamba Feitio, Paulo Ricardo, Apolinário Quinta, Tânia Teixeira e Alícia Andrade.

O bem-estar intelectual não estaria completo sem o bem-estar emocional, pelo que, “por último, mas não menos importante” sou grato pelo companheirismo de Edvilma Baptista, um exemplo de superação para mim, e que nesta reta final esteve ao meu lado em todas as situações, sempre pronta para me recordar da meta que tenho para atingir. Aproveito para agradecer o apoio de Vicência André e Leopoldina André pelo incentivo e todos os ensinamentos de vida.

Índice

Resumo.....	4
Abstract.....	5
1. Introdução.....	6
1.1. Importância do Tema.....	6
1.2. Objetivos da Dissertação.....	8
2. Revisão da Literatura – Análise de Conceitos.....	8
2.1. Alguns Modelos de Crescimento Económico.....	8
2.1.1. Industrialização por Substituição de Importações (ISI).....	8
2.1.2. Outros Modelos de Crescimento Económico.....	9
2.2. Definição e Importância do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Crescimento Económico.....	11
2.2.1. Teorias Determinantes do IDE.....	12
2.2.2. Importância do IDE no Crescimento económico.....	13
2.3. Breve Historial das ZEEs e a sua Caraterização.....	15
2.3.1. Contribuição das ZEEs para o Crescimento Económico.....	17
2.3.2. Importância das ZEEs na Atração de IDE.....	18
2.3.3. Criação de Emprego.....	18
2.3.4. Transferência de Tecnologia.....	19
2.3.5. Promoção de Exportações.....	20
2.3.6. Outros Contributos das ZEEs para o Crescimento Económico.....	20
2.4. Fatores de Sucesso das ZEEs.....	22
3. Propostas de Pesquisa e Metodologia.....	23
4. Análise de Resultados.....	24
P1. Angola e a sua ZEE têm uma vantagem de localização estratégica.....	24
P2. O governo de Angola está comprometido com o desenvolvimento do país e respetiva ZEE.....	25
P3. Angola tem diáspora no exterior.....	28
P4. Angola tem capital físico.....	29
P5. Angola está em transição gradual.....	30
P6. Angola está em processo de mudança da agricultura para indústria.....	32
5. Conclusões e recomendações, limitações e sugestões para estudos futuros.....	33

A Importância das ZEEs no Crescimento Económico, o Caso da ZEE Luanda-Bengo
Aryclenes Pascoal

5.1. Conclusões e recomendações.....	33
5.2. Limitações.....	33
5.3.Sugestões para estudos futuros.....	33
Referências Bibliográficas.....	34
Referências Online.....	43
Anexo 1. Questionário à Diretores de Empresas na ZEE Luanda-Bengo E.P.....	44
Anexo 2. Questionário à Diretora da ZEE Luanda-Bengo E.P.....	45
Anexo 3. Questionário à AIPEX.....	46

Resumo

As Zonas económicas Especiais são ferramentas indispensáveis para o rápido crescimento económico, tal como aconteceu na China onde foram consideradas como “motores de crescimento”. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola nos últimos 10 anos tem sido considerável, todavia teve uma queda no período 2015-2016, como resultado queda do preço do barril de petróleo a nível internacional. Mas nos últimos 2 anos, verifica-se uma recuperação satisfatória. Angola tem feito grandes esforços para a atração de IDE, tem adotado medidas que possam contribuir para um melhor funcionamento da ZEE Luanda-Bengo. Depois de estudar o modelo de crescimento económico testado em Moçambique, apresentado por Hao (2014), vou analisar e investigar no contexto angolano, se existem os fatores de sucesso que as ZEEs da China e outros modelos de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Zonas Económicas Especiais, IDE, Angola, Fatores de Sucesso

Abstract

The Special Economic Zones (SEZ) are indispensable tools for the rapid economic growth, as happened in China where they were considered as “engines of growth”. Angola’s Gross Domestic Product (GDP) growth over the past 10 years has been considerable, but has declined over the period 2015-2016, as result of the international price of oil. But in the last 2 years, there has been a satisfactory recovery. Angola has made great efforts to attract foreign direct investment (FDI), has adopted measures that can contribute to a better functioning of the Luanda-Bengo SEZ. After studying the model of economic growth tested in Mozambique, presented by Hao (2014), I will analyze and investigate, in the Angolan context, whether there are success factors that China’s SEZ and other development models have showed.

Keywords: Special Economic Zones, FDI, Angola, Success Factors

1. Introdução

1.1. Importância do Tema

Nos meados da década de 1960, muitos países passaram a dar importância ao crescimento económico, bem-estar da população e maior projeção na economia mundial. As teorias de desenvolvimento económico colocaram o imperativo da industrialização como estratégia política pretendendo como *output* a substituição das importações e/ou a promoção de exportações.

O estabelecimento de zonas económicas especiais (ZEEs) foi um enquadramento político e económico encontrado para facilitar a atração de investimento, nomeadamente o estrangeiro. A participação estrangeira pode contribuir para a industrialização do país, fomentar e estimular a importação e exportação bem como o crescimento económico. Além do IDE, as ZEEs podem promover a melhoria de infraestruturas e instituições, contribuir para a simplificação de procedimentos, para o desenvolvimento da atividade industrial, aumento do PIB, ganhos cambiais, aumento das receitas tributárias, aumento da produtividade, transferência de tecnologia bem como na deslocalização da atividade industrial para as regiões onde essas zonas estão estabelecidas. Na década de 1970 alguns países investiram na implementação de ZEEs, regiões como América Latina, Ásia, África do Norte, África Subsariana, e elas já contribuíram com mais de US\$ 500 bilhões em todo mundo (Wang, 2013). Para a economia chinesa, as ZEEs contribuíram em 9,5% do crescimento económico médio em 30 anos (Papastawridis, 2013).

O caso mais famoso da primeira ZEE surgiu na Europa, denominada Shannon, situada na Irlanda em 1959. Esta ZEE combinava características de uma zona de comércio livre associada a um parque industrial, com benefícios de investimentos e incentivos operacionais, ligada a uma importante rede de transportes, com procedimentos administrativos simplificados, restrita ao investimento estrangeiro e orientada para o mercado de exportações (Farole, 2011).

O sucesso da Shannon inspirou o governo chinês a criar as suas ZEEs (Zhuhai, Shantou, Xiamen, Hainan e Shenzhen) numa primeira fase, e que foram consideradas como motores do crescimento económico dos últimos 38 anos. Desde a sua criação, a ZEE Shenzhen (1980) aumentou o PIB numa taxa anual de 32%, a taxa de crescimento industrial em 49%, entre 1994 e 1999 a taxa de crescimento era de 18,5% e foi suporte durante a crise económica asiática, onde o crescimento da China era de 9% ao ano (Liu *et al.*, 2007).

A grande concorrência pela atração de IDE e os resultados positivos das ZEEs ditaram a expansão destas como motor de crescimento e são cada vez mais reconhecidas como elementos importantes no processo de desenvolvimento económico. Nas duas últimas décadas têm se proliferado nas economias emergentes e em transição, nos PVDs bem como nas económicas desenvolvidas, como é o caso das 14 ZEEs que existem na Polónia, das mais de 200 na Índia e mais recentemente as que estão a ser criadas em todo o mundo. Em 1986 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) contava com um total de 176 ZEEs em 47 países, em 2006 o número subiu para 3.500, em 130 países (Farole, 2011) e atualmente existem cerca de 4.500 ZEEs (UNCTAD, 2018).

Uma das grandes vantagens das ZEEs é a capacidade de superar problemas comuns aos PVDs, como a falta de recursos para investir em grande escala; atração de IDE e promoção de exportações; criação de emprego; facilitação do processo de liberalização económica, comercial, financeira e institucional (Pan e Ngo, 2000). O IDE pode ser importante na atração de capital e transferência de tecnologias (Neuhaus, 2006), ou seja, contribui no aumento da riqueza através dos fluxos financeiros e promove a melhoria das condições de vida, acesso a tecnologias mais sofisticadas, acesso ao conhecimento *learning-bydoing*, melhoramento das infraestruturas, sendo a industrialização um dos setores mais beneficiados, especialmente se os países onde se instala têm políticas ativas.

Essa forte ligação entre as ZEEs e os seus benefícios mais propriamente a atração de IDE, está na base da implementação dessa ferramenta um pouco por todo o mundo, principalmente nos PVDs. O sucesso das ZEEs na China e a forte ligação económica que Angola possui com este país asiático, levou o governo angolano a criar a ZEE Luanda-Bengo E.P, em 2009. O projeto ambicioso enquadra-se numa economia nacional fraca, mercado pouco dinâmico, reduzida capacidade infraestrutural, capital humano limitado, mas, espera-se que com todas as outras vantagens que o país possui, possa a ZEE Luanda-Bengo atrair o máximo de benefícios possíveis como nos outros países.

O tema é importante porque as ZEEs contribuem para o crescimento económico principalmente em economias estagnadas, sem um mercado forte e sem capital, com a atração de IDE e outros benefícios a ele associados podem dinamizar as respetivas economias.

Esta dissertação tem as seguintes perguntas de partida:

1. Qual a importância das ZEEs no crescimento económico?
2. Qual é a importância do IDE nas ZEEs?

3. Que benefícios para o crescimento económico, Angola está a ter com a ZEE?

Para dar resposta a essas questões iremos procurar identificar a importância das ZEEs no mundo, conhecer a importância do IDE para as ZEEs e saber como Angola tem se beneficiado com a ZEE Luanda-Bengo E.P.

1.2. Objetivos da Dissertação

Em função dos objetivos e na revisão da literatura, vamos concentrar o trabalho do caso empírico nos seguintes objetivos:

- 1- Identificar se a ZEE Luanda-Bengo tem fatores de sucesso.
- 2- Identificar se a ZEE Luanda-Bengo, contribui para o crescimento económico de Angola.

2. Revisão da Literatura – Análise de Conceitos

2.1. Alguns Modelos de Crescimento Económico

2.1.1. Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e Promoção de Exportações

Em 1929 a crise do capitalismo liberal afetou o comércio internacional, muitos países sofreram crises socioeconómicas e para superar essas dificuldades uma das estratégias foi o processo da ISI, que é tão somente o processo pelo qual um país passa a produzir

	ISI primária		ISI secundária
1º Fase	-Protecionismo das indústrias nascentes e orientação para o mercado interno; -Produção de bens não duradouros com tecnologia de base; -Mão-de-obra pouco qualificada;	2º Fase	- Início do processo de industrialização e Exportação de produtos primários; -Relativa modernização na industrialização e das capacidades; - Uso de mão-de-obra intensiva
3ª Fase	Promoção de exportações -Exportações orientadas para o exterior dos produtos manufaturados; -Mantém a relevância das exportações de produtos primários;	4ª Fase	Substituição de exportações -Início aa substituição de exportações de bens de consumo duráveis, à medida que se tenta recuperar as fases que foram saltadas

Fonte: Elaboração do autor, baseado nos autores Silva (2007); Mattei e Santos Júnior (2009); Puga e Venables (1999); Cypher e Dietz (2009).

internamente aquilo que antes importava. A ISI no Chile aumentou o PIB de 13% para 21%, no Brasil e na Argentina culminou com o estatuto de países industrializados em 1980 (Mattei e Santos Júnior, 2009). Este modelo é aconselhável para os PVDs, pois pode

promover o rápido desenvolvimento da industrialização, crescimento económico e autossuficiência, tal como foi constatado no Brasil e na África do Sul (Adewale, 2012).

- **Modelo de Promoção das Exportações**

As exportações desempenham um papel importante para uma economia em crescimento (Razavi *et al.*, 2012). O uso de programas de promoção de exportações permite um retorno melhor em termos de posição competitiva de uma empresa e eficiência (Shamsuddoha *et al.*, 2009). As exportações podem ser estimuladas por agentes de mudança interna (aquele que nasce de dentro da organização ou empresa), ou externa (programas de promoção de exportações criado pelos governos). Ayob e Freixanet (2014) elaboraram um estudo sobre o impacto dos programas públicos de promoção das exportações entre as pequenas e médias empresas (PMEs) na Malásia, através de três indicadores: o nível de consciência, frequência de uso e perceção de utilidade. Os resultados mostram que o grau de consciência para ambos os grupos de exportações é satisfatório, uma vez que, seis dos nove programas são conhecidos por 80% das empresas na Malásia. Em segundo lugar, a análise à frequência de uso dos programas é consideravelmente baixa, pois as PMEs na Malásia, raramente usam os programas. Em terceiro lugar, as PMEs reconhecem utilidades nos programas de exportação. Para os dois grupos de exportação, é satisfatório o patrocínio de feiras e publicações internacionais. No entanto, para os não exportadores é crucial ter informações de exportação que os incentive a exportar, já para os exportadores procuram beneficiar-se dos incentivos de modo a continuar a exportar.

2.1.2. Outros Modelos de Crescimento Económico

- **Modelo de Harrod-Domar:**

Harrod-Domar apresentaram aquilo que é considerado como o primeiro modelo de crescimento a usar o quadro estrutural keynesiano. O modelo defende que o crescimento é fruto da qualidade do trabalho e do capital, isto é, quando aumenta o investimento, aumenta a acumulação de capital que gera o crescimento económico (Amaral *et al.*, 2008). O investimento produtivo é sempre igual à poupança, pois se os consumidores reduzirem o consumo, aplicando as poupanças em investimento, aumenta a unidade adicional de capital, aumenta também a poupança que se traduz no aumento do investimento e conseqüentemente aumenta a taxa de crescimento (Diniz, 2010). Este modelo pode ser resumido pelos seguintes pressuposto: (i) qualidade da mão-de-obra e

do capital; (ii) quanto maior o capital físico maior a geração de crescimento económico; (iii) o investimento líquido leva a mais acumulação de capital e (iv) as rendas mais altas permitem níveis mais altos de poupanças (Hao, 2014).

- **Modelo de Lewis:**

Este modelo de crescimento é fundamentado em dois setores-chaves. O setor rural tradicional (agrícola) de baixa produtividade, onde a maior parte da produção era para o consumo próprio, e o setor moderno (capitalista) onde a produção era orientada tecnologicamente e com maior produtividade que o primeiro. Segundo Cypher e Dietz (2009), o modelo tem por base o crescimento económico pelo reinvestimento do excedente, criação de novo capital e contínua expansão do setor capitalista. O modelo funciona da seguinte maneira: (i) oferta ilimitada de trabalho, (ii) transferência de trabalhadores para o setor capitalista, (iii) aumento do excedente do capital, aumento do rendimento e reinvestimento, (iv) aumento da poupança. O desafio dos PVDs para esse modelo é a criação de uma classe capitalista que permita fazer uma gestão racional do excedente.

- **Modelo de Rostow:**

Em 1960 Walt Whitman Rostow publicou um livro intitulado “*The Stages of Economic Growth- A Non-Communist Manifesto*”. Nele explica que o crescimento económico é resultado do rompimento dos bloqueios/barreiras e resistências próprias das sociedades tradicionais. O modelo indica as seguintes fases: (i) a sociedade tradicional, a etapa transversal à todas as sociedades; (ii) a fase das pré-condições para o *take-off* (descolagem), a etapa em que pode ser resultado das forças internas ou externas para impulsionar a descolagem; (iii) a fase do *take-off*, a etapa que pressupõe aumento do investimento produtivo, a criação de outros setores da indústria transformadora e a criação de um aparelho político e institucional; (iv) a fase do caminho para a maturidade e (v) a fase de grande consumo em massa (Amaral *et al.*, 2008; Cypher e Dietz, 2009).

- **Modelo de Solow:**

O modelo apresentado por Solow é uma crítica ao modelo de Harrod-Domar sobre a sustentabilidade do crescimento no longo prazo. Para Boianovsky e Hoover (2009), o modelo frisa que a taxa de poupança e a taxa de crescimento da população determinam a taxa de variação capital-trabalho, e que a produção do trabalho-capital cresce na mesma

medida que a taxa de tecnologia exógena. Os fatores de crescimento são o progresso técnico e o aumento do capital humano, que contribuem para o crescimento do produto real per capita (Amaral *et al.*, 2008; Diniz, 2010). Popa (2016) resume que o modelo explica o crescimento por fatores endógenos na atividade económica (progresso técnico, externalidades, retornos crescentes, pesquisa, treinamento e gastos públicos) sobre o processo de crescimento num período de tempo. Para os PVDs em geral e para Angola em particular, a implicação está no investimento de capital para alcançar continuar o progresso técnico e formação de capital humano, tendo em conta ao baixo rendimento que conseguem alcançar.

2.2. Definição e Importância do IDE nos Modelos de Crescimento Económico

Existem várias definições do IDE, vamos realçar que para a OCDE, o IDE está relacionado com a detenção de no mínimo 10% de participação no capital e influência na gestão da empresa recetora. Para o FMI a visão de controlo é mais ampla, e considera a capacidade de influência na gestão da empresa residente noutro país, sendo que para o Banco Mundial, o IDE baseia-se na intenção do investidor desenvolver atividade no país recetor (Albino *et al.*, 2016).

É unânime que o capital sempre teve uma função importante no crescimento económico dos países. Segundo Curwin e Mahutga (2014), o capital estrangeiro estimula o crescimento no modelo de Harrod-Domer, uma vez que, a produção é em grande parte uma função do capital e, portanto, é linear função do investimento, por outras palavras, o investimento estrangeiro pode substituir o investimento doméstico e promover o crescimento na ausência de capital numa determinada economia.

O IDE tem efeito positivo nos fatores totais de produção, o que vai de encontro com o modelo de crescimento endógeno, baseado na difusão da tecnologia como uma fonte importante da mudança tecnológica de um país (Woo, 2009). Os modelos neoclássicos e endógenos reconhecem que o IDE pode acelerar o crescimento económico, segundo Seyoum *et al.* (2015), o crescimento económico medido pelo crescimento real do PIB tem uma forte ligação com o IDE, ou seja, o crescimento do tamanho do mercado (medido pelo PIB real), o capital humano de qualidade e infraestruturas, e o aumento dos investimentos induzidos pelo crescimento económico mais elevado, oferece oportunidades lucrativas, o que aumenta a atração das EMNs que são responsáveis pelo IDE. Neuhaus (2006) apresenta alguns fatores do impacto do IDE nos modelos de

crescimento, dentre eles os seguintes: o modelo neoclássico reconhece que o IDE no crescimento económico contribui para a acumulação de capital e o progresso tecnológico; o progresso tecnológico pode melhorar a qualidade e variedade de bens de capital a longo prazo, o que, promove o crescimento económico; e o IDE pode ser um instrumento de transferência de conhecimento, fornece *spillovers* para toda a economia, contribuindo para o crescimento económico.

2.2.1. Teorias Determinantes do IDE

O IDE é na sua maioria concebido pelas grandes EMNs, no atual contexto de globalização e com o aumento da concorrência internacional, os motivos que podem justificar os determinantes de IDE são cada vez mais heterogêneos, o que torna a explicação dos determinantes do IDE cada vez mais complexa. Não sendo um fenómeno novo, os estudos sobre os determinantes do IDE têm encontrado cada vez mais novos elementos. Dunning (2001) apresentou o paradigma eclético (*Ownership, Localization e Internationalization*), o estudo de Marr (1997) sobre o fato de o IDE ser favorável as vantagens competitivas do tamanho do mercado, os custos trabalhistas e produtividade. Fatores como baixos salários, quadros formados, menos dívida externa, acordos bilaterais de investimentos, remoção das barreiras ao investimento (Banga, 2003), por outro lado, constam também como determinantes fatores que relacionam o IDE e crescimento económico (Addison e Heshmati, 2003; Eicher *et al.*; 2012; Iamsiraroj, 2016), onde o IDE promove maiores taxas do crescimento económico e vice-versa. Segundo Nonnenberg e Mendonça (2005), o nível de escolaridade, o nível de abertura, a inflação como indicador da estabilidade macroeconómica associada ao risco de investir, apresentou-se como um fator negativo na atração de IDE. Tal como comprova o estudo de Mengistu e Adhikary (2011), ao verificarem que a instabilidade nos países do sul da Ásia.

As infraestruturas como elemento determinante de IDE é destacado nos trabalhos de Germaschewski (2016) e de Bakar *et al.* (2012), embora que Gok e Dogruel (2016), tenham discordado, a verdade é a capacidade infraestrutural é sem dúvida um determinante crucial para a atração de IDE, tal como frisa Cheng e Kwan (2000). Alguns trabalhos realçam a importância dos regimes políticos (Gok e Dogruel, 2016; Aseidu, 2011; Biswas, 2002; Jesen, 2008; Chanegriha *et al.*, 2017; Coan e Kugler, 2008; Mc Gowan Jr e Moeller, 2009), uma vez que o desempenho económico, as ligações comerciais que possuem com o exterior e a orientação política podem influenciar de

forma positiva ou negativa no interesse dos investidores, tal como apresentam os estudos de Bitzenis e Nushkova (2011), Voyer e Beamish (2004), Rady (2012) e Stoian e Filippaios (2008), sobre as consequências da má governação, embora o IDE chinês na RDC não obedeceu a linha tradicional da análise de risco (fruto da heterogeneidade) (Ilhéu, 2010). As reformas estruturais também são um determinante para o IDE (Ampos e Kinoshita, 2010; Pradhan, 2004; Vadlamannati e Tamazian, 2009; Singh, 2010). Outro elemento importante são as boas relações comerciais (Baltagia *et al.*, 2007; Vogiatzoglou, 2007; Botric e Skuflit, 2006; Chakrabarti, 2001; Dixon e Haslam, 2016; Wattnadumronga *et al.*, 2014), os governos deveriam se preocupar menos com questões macroeconómicas, e sim promover e reforçar as boas relações em prol de uma maior integração.

Os direitos de propriedade (Du *et al.*, 2008; Méon e Sekkat (2015) e as instituições (Bénassy-Quéré *et al.*, 2007; Nnadi e Soobaroyen, 2015; Mayrotas *et al.*, 2011; Stack *et al.*, 2017) também são de extrema importância na atração de IDE. A dependência de recursos naturais retarda o desenvolvimento institucional, o que dificulta o crescimento (Ferreira e Ferreira, 2016). Os países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE), dão grande importância aos fatores institucionais na alocação de IDE (Dauti, 2015), e segundo Dutta e Osei-Yeboah (2013), o capital humano é um determinante crucial para atração do IDE, e em muitos casos pode estar condicionado ao quadro institucional, uma vez que, não importa o quanto se investe em capital humano, na presença instituições fracas, a atração de IDE será sempre reduzida.

2.2.2. Importância do IDE no Crescimento Económico

O IDE apresenta-se como uma ferramenta muito importante para promover altos níveis de crescimento a curto, médio ou longo prazo principalmente para os PVDs. Existe uma corrente que não reconhece impacto positivo do IDE no crescimento económico (Mehic *et al.*, 2013; Belloumi, 2014; Lo *et al.*, 2013), alertando que o IDE não pode ser visto como uma espécie de ferramenta para resolver todos os problemas ou levar ao rápido crescimento, uma vez que, o seu impacto direto está implícito (Gligoric *et al.*, 2017), embora reconhecendo a sua necessidade.

Outros estudos mostram que o IDE pode ter impacto positivo ou negativo no crescimento económico, segundo Curwin e Mahutga (2014) os efeitos podem ser os seguintes: a tecnologia (promovida pelo IDE) contribui para a produção económica: a transformação tecnológica aumenta o crescimento nos países de acolhimento; o IDE aumenta as

exportações e o acesso a mercados maiores; o IDE beneficiaria as economias de acolhimento, a menos que as EMNs sejam as principais exportadoras, ou se as EMNs importam uma quantidade significativa do valor total das exportações.

Por um lado, o IDE pode causar efeito negativo na economia reduzindo a poupança nacional e as taxas de investimento, e reduzindo as taxas dos ganhos em divisas nas contas correntes e de capital fruto da diminuição das atividades de investimento estrangeiro no longo prazo (Obwona, 1998). Por outro lado, vários estudos confirmam um impacto positivo do IDE na economia dos países recetores, por exemplo, para os países que têm a política comercial orientada para o exterior tal como se verificou no caso chinês (1993-2007) (Yu *et al.*, 2010; Dees, 1998). Também teve efeito positivo em economias da Ásia, América Latina, África e algumas economias em transição do antigo bloco comunista (Rady, 2012; Chanegriha *et al.*, 2017). O IDE foi favorável para economia da Malásia (Kinuthia e Murshed, 2015), teve impacto no PIB da economia romena (1990-2012) (Nistor, 2014), na economia moçambicana (Morgado, 2016), além disso, pode também promover as exportações (Suliman e Elian, 2014). A entrada de IDE pode introduzir uma nova gestão que serve de exemplo para as empresas nacionais, promover a acumulação de capital (Suliman e Elian, 2014), contribuir indiretamente num maior poder de compra das populações, pois as EMNs oferecem salários 30% maior que as empresas nacionais. O IDE contribui para promoção da concorrência entre as empresas locais (Williams, 2017), e se for associado ao capital humano de qualidade, resulta na difusão da tecnologia para uma taxa de crescimento em alta escala (Su e Liu, 2016), contribui com a aprendizagem através da imitação, criação de emprego, facilitação da mobilidade do capital humano entre as empresas e aumento da produtividade (Vadlamannati e Tamazian, 2009). Para Iamsiraroj (2016), o IDE está intrinsecamente ligado a elevadas taxas de crescimento económico e vice-versa, pois um ciclo virtuoso de IDE, sugere que o IDE contribui para o crescimento económico e crescimento atrai IDE, o que consequentemente estimula ainda mais o crescimento, quando principalmente, os países (de origem e de destino) fazem uso de forma racional dessa ferramenta (Mencinger, 2003). Segundo Wang e Wong (2009), o efeito do IDE fica condicionado a algumas condições que o país recetor deve ter, como por exemplo, um certo nível de desenvolvimento financeiro, capital humano e outros, tornando difícil quantificar o seu impacto isolado na economia de um determinado país. Portanto, o IDE é necessário, mas não suficiente, tal como diz Adams (2009), o IDE por si só, não é virtuoso, na medida em

que o seu impacto dependo do conjunto de incentivos e a capacidade de gestão do país de destino, por outras palavras, o IDE é um fim, mas sim um meio para um determinado fim, no conjunto de fatores que contribuem para o desenvolvimento (Trevino *et al.*, 2002).

2.3. Breve Historial das ZEEs e a sua Caraterização

O termo zona económica especial é um termo que agrupa muitos conceitos como zonas de comércio exterior, zonas de processamento de exportação, zonas económicas especiais, zonas francas de exportação, zonas de comércio e cooperação, zonas de processamento económico, etc., o que, torna ambíguo o fenómeno e dificulta a sua definição. Para um melhor entendimento, as ZEEs devem possuir três caraterísticas principais que são: (i) zonas legalmente delimitadas do território nacional, com incentivos e normas diferentes do restante do território; (ii) uma administração centralizada ou descentralizada que garanta o acesso dos investidores aos benefícios que ela dispõe; (iii) infraestruturas físicas (telecomunicações, estradas, água, eletricidade, móveis, etc.) Farole (2011).

Sendo assim podemos definir as ZEEs como áreas geograficamente demarcadas dentro das fronteiras nacionais de um país, onde são isentas de impostos direcionadas para operações comerciais (Singala *et al.*, 2011). Segundo Zeng (2016), as ZEEs podem acarretar benefícios diretos: criação de emprego, ganhos cambiais, IDE, receitas para o governo e crescimento das exportações; e indiretos: competências, transferência de tecnologia, diversificação das exportações, reforço da eficiência comercial das empresas nacionais, facilitação de *Cluster*, desenvolvimento urbano e regional e crescimento.

As ZEEs podem ser criadas para combater o desemprego, como aconteceu com na Tunísia e República Dominicana, podem ser criadas para amplas reformas económicas, desenvolvimento e diversificação das exportações, tal como na China, República da Coreia e Maurícias, ou também funcionar como laboratórios de experiência das novas políticas, tal como aconteceu na China, a quando da experimentação das políticas de abertura ao IDE (UNCTAD, 2018).

As políticas de implementação de ZEEs não são um fenómeno novo, segundo Farole (2011), entre os séculos XIII e XVII existia o Porto livre em Phoencia, a Ilha de Delos 150 a.C., onde as empresas tinham estatutos especiais. Mas foi na Era moderna que nasceu o primeiro modelo de ZEE conhecida como Zona Livre de Shannon (1958), na Irlanda, que congregava no mesmo espaço um regime aduaneiro diferenciado, incentivos

ao investimento, instrumentos facilitadores de serviços administrativos, zonas industriais com infraestruturas e uma plataforma de ligação aos centros de transportes (Farole, 2011).

Segundo Michael Engman *et al.*, (2007) em 1975 existiam 79 ZEEs em 25 países, e em 2006 eram 3.500 zonas em 130 países, mas esse número cresceu ainda mais para cerca de 4.300 em 2015 (The Economist, 2015), porém, atualmente são cerca de 4.500 ZEEs (UNCTAD, 2018). A década de 60 é denominada como “era de ouro das ZEEs”. Segundo Farole (2011), a industrialização esteve na agenda da maioria dos PVDs, passando pela implementação de ZEEs para fazer face as dificuldades político-económicas, foi assim que na Ásia, Taiwan-China e Índia criaram as suas primeiras ZEEs em 1965, Coreia do Sul criou a Masan em 1971, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Singapura e Sri Lanka. Na América Latina a Colômbia criou em 1964, na República Dominicana em 1965, Guatemala e Honduras no início dos anos 70, Nicarágua em 1976, Jamaica em 1976 e Costa Rica em 1981. No Médio Oriente e no Norte de África, entre 1960 e 1970 surgiram algumas ZEEs no Egipto, Israel, Jordânia e Síria. Para alguns países da África Subsaariana, só na década de 70 é que viram surgir programas de ZEEs, com algumas concretizações apenas na década de 90, como os casos da Libéria, Maurícias e Senegal.

Tabela II – Tipos de ZEEs

Tipo de zona	Descrição
Zona industrial / Estado industrial	Facilidade de promoção de localização e agrupamento de atividades industriais por meio do fornecimento de terras, infraestrutura e serviços locais de baixo custo. Normalmente cobrem setores industriais e de serviços e têm como alvo os investidores estrangeiros e nacionais, oferecendo uma série de incentivos e facilidades
Zona de processamento de exportação	Uma propriedade industrial especializada localizada fora do território aduaneiro e predominantemente orientada para exportar a produção. Empresas localizadas lá têm permissão para importar equipamento de produção e matérias-primas livres de impostos, taxas e outras restrições à importação.
Zona livre / Zona industrial livre / Zona de comércio livre	Uma área designada e segura na qual atividades comerciais e industriais são realizadas. Os projetos de investimento geralmente beneficiam-se de incentivos, geralmente são para fins de exportação. Os pontos de controle aduaneiros controlam o movimento de mercadorias nos pontos de entrada e saída. As zonas também podem cobrir as atividades comerciais, comércio e entrepostos comerciais. Muitos estão localizados perto de um porto.
Parque de ciência e tecnologia	Facilidade ou área que apoia e promove o desenvolvimento tecnológico, inclusive por meio de pesquisa e atração de empresas de base tecnológica. O objetivo é facilitar a inovação e economias baseadas no conhecimento. Esses parques proporcionam um ambiente e um ecossistema (por exemplo, proximidade de institutos de pesquisa, universidades) que propiciam a inovação, o trabalho baseado em conhecimento e as atividades de I&D.

Zona piloto especial	Projetado para experimentar medidas de reforma económica e fornecer efeitos demonstrativos.
Zona económica especial de fronteira	Uma ZEE localizada em uma área fronteiriça com países vizinhos para facilitar investimentos, comércio, serviços e ligações de produção.
Corredor económico regional	Grande área económica envolvendo vários Estados ou províncias contíguas. Deles desenvolvimento baseia-se nos pontos fortes setoriais e geográficos das áreas para apoiar <i>clusters</i> económicos e se beneficiar de economias de escala.

Fonte: UNCTAD (2018).

2.3.1. Contribuição das ZEEs para o Crescimento Económico

O impacto das ZEEs é notável em vários indicadores como no PIB, no IDE (Pakdeenurit *et al.*, 2014), infraestruturas, ganhos cambiais, receitas tributárias, técnicas de treinamento (Kankuesu Jayanthakumaran, 2003; Plascencia, 2009; Neuhaus (2006), criam uma atmosfera de competitividade global (Nagayya e Rao, 2010), contribuem para a melhoria das instituições em geral (Pan e Ngo, 2016). Em termos de comércio, as ZEEs foram responsáveis por mais de U\$ 500 bilhões em todo o mundo, e no final de 2001 mais 70 países e regiões alocaram investimento a rondar os 27.030 projetos nas ZEEs chinesas (Wang, 2013). Em 30 anos a China conheceu um crescimento económico médio de 9,5% ao ano logo após a crise económica internacional, tornou-se na segunda maior economia do mundo e ficou conhecida como a “fábrica do mundo”, por ser o principal motor de recuperação económica em tempo de crise, fruto a importante contribuição das ZEEs (Papastawridis, 2013).

Não obstante os resultados positivos notáveis, existe uma corrente crítica às ZEEs, afirmando que particularmente os PVDs, encontram dificuldades em desenvolver simultaneamente todos os setores e regiões, encontram limitações de aprendizagem concernente ao trabalho de montagem, a distribuição de recursos muitas vezes leva a grandes desigualdades e instabilidade social (Pan e Ngo, 2000; Mendonza, 2014). Alguns países não encontraram resultados positivos na implementação das ZEEs, como o Gana (Quaicoe *et al.*, 2017), os casos mexicano e indiano, embora com ganhos em alguns setores, mas muito a quem do esperado, ou seja, não foram casos onde as ZEEs poderiam ser consideradas como “motores de crescimento”.

Portando, podemos notar que as ZEEs não são de todo instrumentos de milagres, em alguns casos são colocadas como a segunda ou terceira opção para alcançar a competitividade económica (Farole e Akinci, 2011), e como afirma Farole (2011) “a ideia de que as ZEEs são um oásis no deserto pode ser uma miragem”, uma vez que os resultados positivos estão em muito condicionados a paisagem em que a mesma se encontra situada.

2.3.2. Importância das ZEEs na Atração de IDE

Segundo Wang (2013), a implementação das ZEEs na China aumentou o nível de IDE per capita em 21,7% e a taxa de crescimento do IDE em 6,9%. Em 2008 as ZEEs aumentaram o IDE per capita em 112%. A dinâmica da atração de IDE na China é notável pela análise do fluxo antes e depois da existência das ZEEs, sendo até quatro anos antes da implementação, a capacidade de atrair IDE era de -0.044 , para o mesmo período após a implementação a taxa era de 0.434 , ou seja, o IDE per capita aumenta em média mais de 6%. As ZEEs atraíram 65,6% do montante total de IDE na China em 1980, e teve uma diminuição na década de 1990 fruto da criação de outros tipos de ZEEs como as de alta tecnologia. Salvador (2011) afirma que no período de 2004-2007, mais de 64,89% do total de IDE atraído era proveniente das indústrias manufatureiras, o que mostra que a aglomeração de empresas numa ZEE teve grande impacto na atração de IDE.

2.3.3. Criação de Emprego

Segundo Aggarwal (2007), a criação de emprego de forma indireta por parte das ZEEs afetam vários setores da economia, desde transporte, comunicação, automóvel, aviação civil, turismo, embalagem, bancos ou seguros para mão-de-obra qualificada e não qualificada. Existem três canais pelos quais as ZEEs geram impacto positivo na criação de empregos, tais como: (i) geram fundos de desenvolvimento que facilitam a geração de atividades económicas e de emprego; (ii) elas também geram atividade económica fora da zona com a transformação dos fundos de investimento em ativos fixos e compra de insumos e serviços para o resto da economia, e (iii) com a geração de rendimentos adicionais, causa o aumento pela procura de vários bens e serviços como habitação, educação e saúde, todos com efeitos multiplicadores sobre o rendimento e o emprego.

Só em 2007 foram criados mais de 68 mil empregos diretos em todo o mundo (Zeng, 2016), em 2008 os números chegaram a 114,000 (Farole e Akinci, 2011). A média de empregos criados na Selésia ZEE foi de 46,747 em 2012, situada na Polónia (Hajduga,

2014), as ZEEs na Índia criaram 16,88,337 empregos diretos em 2016 (Annual Report, 2016), até 2015, o número de emprego chegou ao total de 31,140 mil nos Balcãs Ocidentais (OCDE, 2017). A constante formação do capital humano é de extrema importância, uma vez que as ZEEs facilitam a criação de mão-de-obra industrial intensiva, e segundo Warr e Menon (2016), os trabalhadores com salários mais altos são os quadros formados.

2.3.4. Transferência de Tecnologia

As ZEEs também foram criadas para atrair tecnologia (Abraham *et al.*, 2010) e têm como principal canal o IDE. Segundo Wang (2013), as ZEEs podem aumentar o progresso tecnológico tal como aconteceu na China. Por um lado, para as ZEEs aumentarem a produtividade e manterem a competitividade a longo prazo, elas devem acompanhar o ritmo da inovação tecnológica e industrial, e por outro lado, permanecer relevantes e sustentáveis face às necessidades económicas em mudança, é importante catalisar e facilitar a modernização industrial, promovendo a inovação/transferência de tecnologia e os setores de alto valor, orientados para diferentes fases de desenvolvimento. Tais medidas incluem gastos de I&D, fortalecimento da relação universidade-indústria. Fomentar tanto “*hardware*” (bases e plataformas de ciência e tecnologia, laboratórios de inovação, incubadoras e parques), como “*software*” (regimes regulatórios sólidos, incentivo específicos, atração de talentos que incentivam empresas que empregam trabalhadores altamente qualificados). De um modo geral as ZEEs têm um ciclo de vida, à medida que os custos de produção ou os custos de fazer negócio aumentam, as ZEEs precisam de inovar para subir nas cadeias de globais de valor (Zeng, 2016).

O caso mais bem-sucedido na transferência de tecnologia aconteceu na China, com a ZEE Shenzhen criada em 1979. A participação no PIB antes e depois do desenvolvimento de maior tecnologia na ZEE Shenzhen, para o período de 1979 a 1980 (início da criação das ZEEs na China), o setor primário dominava a atividade produtiva, mas com a utilização da tecnologia avançada os setores secundário e terciário passaram a dominar nos anos de 1985 em diante (Pan e Ngo, 2000). Segundo mesmo autor a transferência passou por 3 estágios que foram: a criação de infraestruturas; criação de mão-de-obra intensiva e a criação da tecnologia intensiva. Após o cumprimento desses estágios pelo governo chinês, a tecnologia passou a vir dos PMDs e não apenas de Hong Kong. Entre 1992 e 1999 mais de 100 EMNs investiram em pelo menos 200 projetos, empresas de grande

porte como Dupont, DEC, EMerson, Compaq, HP, Xerox, Intel e IBM dos EUA; Toppan Printing, Nichmen, Hitachi, Sanyo, Mitsui, Ricoh, Mitsubishi, National, Dai Nichmen e Komatu do Japão; Samsung Electronics da Coreia; e Philips, Siemens e ABB da Europa (Pan e Ngo, 2000).

2.3.5. Promoção de Exportações

Existem vários elementos que contribuem para o crescimento da economia e a exportação é um motor que contribui para esse fim, pois os PMDs sempre foram exportadores (Cypher e Dietz, 2009). As ZEEs podem contribuir para uma maior liberalização do comércio, reduzir ou mesmo eliminar as tarifas às exportações, facilita a criação de indústrias de exportação (Engman *et al.*, 2007).

As EMNs têm uma grande experiência sobre distribuição internacional, e com isso os exportadores nacionais podem se beneficiar dessa experiência e ter um desempenho melhor em mercados, e como afirma García e Lora (2009), o efeito poderá ser a nível nacional e regional. Para Abraham *et al.*, (2010) a existência de várias empresas a funcionar num determinado mercado acaba por impulsionar as empresas à uma maior concorrência. As primeiras ZEEs criadas na Índia foram orientadas para a exportação, os resultados das exportações foram lentos, mas significativos, para no período 2003-04 contribuía com 4,7% (Singala *et al.*, 2011), no período 2005-06 rondava os 5% no total das exportações, em 2006-07 foi de 6%, e em 2007-08 passou para 10,4% do contributo das ZEEs para as exportações (Nagayya e Rao, 2010). Segundo o estudo do CIIP (2017), no Bangladesh as exportações representaram 17% em 2013, 44% na China em 2012, 11% na República da Coreia em 2007, 49% nas Filipinas em 2011 e 67% no Sri Lanka em 2007. Na Coreia do Sul, as exportações sempre foram a principal prioridade durante o processo de industrialização, e o governo criou instrumentos políticos para facilitar as indústrias de exportação, especialmente através de ZEEs (Zeng, 2016).

2.3.6. Outros Contributos das ZEEs para o Crescimento Económico

Engman *et al.*, (2007) afirma que, quando bem geridas, as ZEEs podem contribuir para a melhoria do ambiente de negócio através da liberalização do comércio e do investimento, impulsionam também uma melhoria significativa na simplificação dos serviços administrativos. Desse modo, as ZEEs são prestativas para os países que possuem ambiente de negócios fraco, pois facilita a criação de soluções provisórias que contribuem para uma melhor prestação das indústrias de exportação e no melhor equilíbrio da balança

comercial dos países. Segundo Warr e Menin (2016), as ZEEs são a chave para resolver os principais constrangimentos enfrentados pelos investidores, pois podem contribuir para melhorar o seu desempenho competitivo em relação ao resto da economia, e por outro lado, as empresas que se encontram nas ZEEs estabelecem um vínculo com fornecedores que podem indiretamente contribuir para o crescimento económico. As ZEEs também podem contribuir na modernização das sociedades, pois a industrialização acelera e contribui para a urbanização (Liu *et al.*, 2009), tal como aconteceu na China, onde também são normalmente usadas para construir polos de crescimento de desenvolvimento económico e de urbanização (Zeng, 2016). Contribuem também para o aumento do investimento e o crescimento da produtividade total dos fatores (Wang, 2013), as ZEEs poderão também gerar efeitos “*spillovers*” positivos com impacto regional (Alder *et al.*, 2016), ou seja, as ZEEs são vistas como mecanismos de promoção do crescimento das áreas circundantes (CIIP, 2017).

As ZEEs têm um forte impacto no desenvolvimento industrial, especialmente na criação de *clusters*¹ industriais. *Clusters* frequentemente incluem instituições educacionais e de pesquisa, provedores financeiros e agências governamentais, e são usados tanto pelos PMDs como os PVDs em prol da promoção do desenvolvimento industrial, pois são instrumentos indutores da união de esforços e recursos por parte das empresas para trabalhar com os governos em busca de uma melhor competitividade internacional, por outro lado, os *Clusters* estimulam a aprendizagem e a inovação, portanto, as ZEEs podem promover o desenvolvimento industrial das economias anteriormente dependentes da agricultura (UNCTAD, 2018). O setor industrial angolano é muito pouco desenvolvido, de modo que a implementação da ZEE poderá promover uma mudança significativa.

¹ Segundo o UNCTAD (2018), um *cluster* industrial é um grupo de empresas e instituições interconectadas, quase sempre localizadas próximas umas das outras

2.4.Fatores de Sucesso das ZEE

Tabela III- Resumo dos fatores de sucesso das ZEEs chinesas e outros modelos económicos e de desenvolvimento	
Dimensão	Indicador
Localização estratégica	Localização
Comprometimento do Governo	Políticas preferenciais e incentivos
	Autonomia institucional da ZEE
	Infraestrutura
Diáspora no exterior	Diáspora no exterior
Capital físico	AID
	IDE
Transição gradual	Privatização
	Liderança e reestruturação de empresa
	Comércio e sistema cambial
	Reforma do sistema bancário
Mudança da agricultura para Indústria	Contributo da agricultura e da indústria no PIB
	Trabalho agrícola

Fonte: Hao (2014).

O sucesso de uma ZEE implica a conjugação vários fatores, como vimos mais acima. A Tabela II, resume o modelo desenvolvido por Hao (2014) e testado em Moçambique, onde segundo a autora os fatores de sucesso são os seguintes:

P1. Angola e a sua ZEE têm uma vantagem de localização estratégica. A localização estratégica é essencial para o desenvolvimento das sociedades.

P2. O governo de Angola está comprometido com o desenvolvimento do país e respetiva ZEE. O governo exerce um papel muito importante no rápido desenvolvimento e nas mudanças profundas, especialmente nas políticas preferenciais e incentivos estabelecidos, bem como na autonomia institucional do governo local. As infraestruturas também são indispensáveis no processo de modernização para o sucesso de uma ZEEs, tal como se viu na China.

P3. Angola tem diáspora no exterior. O investimento estrangeiro nos anos 80 que entraram na China teve o total de 80% oriunda dos chineses na diáspora, das quais 50% de Hong Kong, 15% de países asiáticos e o resto dos EUA, Austrália e Europa. Portanto, a diáspora no exterior demonstrou ser importante para o desenvolvimento.

P4. Angola tem capital físico. Tal como vimos nos modelos de Harrod-Domar e o Rostow, em que notamos que o investimento leva a acumulação de capital gera crescimento económico. Para os PVDs o capital físico é de extrema importância.

P.5 Angola está em transição gradual. Uma economia em transição, é uma economia que está transitando de uma economia centralmente planeada para uma economia de mercado. No caso chinês a transição foi bem-sucedida, bem como o de Moçambique.

P6. Angola está em processo de mudança da agricultura para a indústria. O setor industrial moderno atrai trabalhadores das áreas rurais, tal como vimos no modelo de Lewis. Como o desenvolvimento da agricultura é baixo, oferece mais mão-de-obra ao setor industrial, pois quando as pessoas ganham mais, a indústria em desenvolvimento pede mais trabalhadores do setor agrícola, portanto se torna um processo positivo.

3. Propostas de Pesquisa e Metodologia

Depois da revisão literatura decidimos utilizar o modelo de Hao (2014), acima descrito para sustentar as nossas propostas de pesquisa, que são as seguintes: P1. Angola e a sua ZEE têm uma vantagem de localização estratégica; P2. O governo de Angola está comprometido com o desenvolvimento do país e respetiva ZEE; P3. Angola tem diáspora no exterior; P4. Angola tem capital físico; P.5 Angola está em transição gradual e P6. Angola está em processo de mudança da agricultura para a indústria.

Para desenvolver as propostas de pesquisas acima elaboradas socorremo-nos de fontes secundárias como diário da república, despachos presidenciais, pronunciamento de entidades do governo, artigos científicos, planos do governo de Angola, relatórios de instituições internacionais e outros. No entanto, estas não se mostraram suficientes para conseguirmos interpretar os problemas decorrentes desta investigação, pelo que, necessitamos de trabalhar fontes primárias. Assim, procedemos a três questionários, conseguimos obter respostas válidas de todas as organizações, no total realizamos 4 entrevistas, às seguintes pessoas: a diretora comercial e marketing da ZEE Luanda-Bengo, Teresa Maria Fortunato; o diretor geral das empresas INDUPLASTIC e

MECAMETAL Eng.º Alexandre dos Santos; o diretor geral da empresa VEDATELA, Eng.º Frederico Fernandes e o Técnico da área de licenciamento de projetos da Agência de Investimento e Promoção de Exportações (AIPEX), Bruno Baptista. Em anexo juntamos os questionários elaborados.

Como o número de respostas não era suficiente para obter resultados credíveis, não procedemos a análise Maxqda, por isso os resultados que vamos descrever a seguir são feitos de uma análise de entrevista a entrevista com identificação das resposta às questões que investigamos.

Caso de estudo

Neste ponto vou estudar o caso de Angola, situado na África Austral, área total de 1.246, 700Km², com uma população superior a 24.383.301 habitantes. Angola ultrapassou 27 anos de guerra civil (1975-2002), que resultou na destruição da maior parte das infraestruturas que país tinha. O novo governo pretende aumentar os níveis de crescimento económico, e para tal, várias são as reformas até agora realizadas, no setor económico, banca, financeiro, administrativo, etc. A ZEE Luanda-Bengo compreende 21 reservas flexíveis, sendo 7 reservas industriais, 6 reservas agrícolas e 8 reservas minerais. Angola possui muitos recursos naturais como diamantes e gás natural, com predominância no petróleo. Atualmente o governo tem evidenciado esforços para melhorar o ambiente de negócios, reforçar o quadro jurídico, etc. de modo a atrair IDE, pelo que, vai contar com o apoio do FMI. Os resultados já se mostram positivos, uma vez que em várias viagens que fez, o presidente João Lourenço, já garantiu um total de 11.2 mil milhões de dólares e mais de 579 milhões de euros (Presidente João Lourenço, 2018).

4. Análise de Resultados

Neste ponto vamos verificar as propostas da seguinte forma:

P1. Angola e a sua ZEE têm uma vantagem de localização estratégica.

Angola possui uma localização privilegiada primeiramente pela existência de sete grandes corredores de desenvolvimento (litoral, central, interior, Cabinda, Malanje, Lobito e Cunene (que se expande até a Namíbia, Botswana e África do Sul)), que fazem ligação das principais cidades com linhas ferroviárias (caminho de ferro de Benguela (que chega até a RDC), caminho-de-ferro de Luanda e caminho-de-ferro de Moçâmedes). Estas infraestruturas de comunicação conectam aos principais mercados de consumo

nacional, polos industriais e ZEEs com condições propícias para atividade do setor primário, secundário e terciário (CESO, 2016). “Após 34 anos de interrupção, foi reaberto este ano o tráfego internacional de mercadorias por via ferroviária entre a República Democrática do Congo e a República de Angola, com o transporte de minérios extraídos do Katanga, RDC, via Porto do Lobito, para o mercado internacional” (Presidente da República, João Lourenço, 2018).

Angola está regionalmente integrada em duas comunidades económicas, na Comunidade para o Desenvolvimento da África Subsariana (sigla em inglês, SADC) e na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). No âmbito da cooperação do acordo de livre comércio, foi criado o acordo tripartido entre as Comunidades Económicas Regionais (CER) que une o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Dentro dessa união criou-se o Programa Piloto de Ajuda ao Comércio do Corredor Norte-Sul (CNS) em 2008 (em vias de conclusão), que tem como principal objetivo a redução do tempo e dos custos de transporte por terra (rodoviário e ferroviário). Este corredor serve de espinha dorsal do transporte e logística regional com expansão para nove países

Gráfico 1- Localização de Angola



– Angola, Tanzânia, RDC, Zâmbia, Malawi, Botswana, Zimbabwe, Moçambique e África do Sul. No CNS, o corredor de Dar es Salaam liga o porto de Dar es Salaam à província de Copperbelt na Zâmbia/RDC; o corredor Norte-Sul (Duban) liga o porto de Durban a Copperbelt na Zâmbia/RDC através do Zimbabwe e Botswana, um troço

continua para Malawi via Harare e o CNS está interligado aos corredores do Lobito, trans Caprivi, Nacala, Beira, Maputo e Trans Kalahari (SADC, 2009). Portanto, **esta proposta é verificável.**

P2. O governo de Angola está comprometido com o desenvolvimento do país e a sua respetiva ZEE.

O governo de Angola criou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022, como linha orientadora para um melhor desempenho económico do país, com seis eixos

principais (ver tabela IV). Este programa será materializado por 25 políticas gerais e 83 programas de ação da dimensão tática do plano, que vão de encontro os objetivos preconizados no plano Angola 2025, Agenda 2063 da União Africana (UA) e da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Tabela IV- Os seis Eixos do PND 2018-2022
1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar
2. Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo
3. Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento
4. Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização
5. Desenvolvimento Harmonioso do Território
6. Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no Contexto Internacional e Regional

Fonte: MEP (2018).

Angola criou a sua ZEE Luanda Bengo E.P em 2009, de modos a contribuir na produção de bens e serviços para satisfazer as exigências do mercado interno e promover as exportações. A ZEE Luanda-Bengo, é uma empresa pública e gerida pelo governo, a gestão corrente ainda ultrapassa algumas dificuldades, “*a falta de autonomia torna muito difícil a gestão corrente das empresas que funcionam na ZEE*” (Eng.º Frederico Fernandes), bem como “*a falta de especialização da mão-de-obra nacional*” (Eng.º Alexandre dos Santos). As entidades gestoras e as empresas de exploração presentes na ZEE Luanda-Bengo, gozam de incentivos fiscais e aduaneiros e apoios financeiros ao abrigo da lei nº 14/03 (DRA, 2011). O governo prevê “*o Projeto de Lei sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros, que entre outras matérias inovadoras, cria o Visto do investidor estrangeiro*” (Presidente da República, João Lourenço, 2018), instrumento que contribuirá significativamente para o aumento do IDE no país associado a criação do Programa de apoio à produção nacional, de promoção exportações e substituição das importações (PRODESI).

Em termos de infraestruturas, Angola possui uma rede de logística (Presild com 48 estruturas no país) orientada para o escoamento dos produtos primários da agricultura e da pecuária produzidos pelas populações rurais, para futura venda a retalho (CESO, 2016), “*foram reabilitadas 752 km da rede primária de estradas; 231 km da rede secundária de estradas; 71 km da rede de vias urbanas; 39 pontes rodoviárias*”

(Presidente João Lourenço, 2018). Mas ainda assim “*existe uma grande dificuldade em fazer chegar aos consumidores o produto final, falta de equipamentos como meios de transporte e estradas em boas condições que possam reduzir o tempo e os custos de manutenção*” (Eng.º Frederico Fernandes). Está a ser construído um novo aeroporto internacional, que deve ser concluído em 2019 e servirá de ligação regional com capacidade para 13,5 milhões de passageiros por ano. Existem planos para se construir 44 plataformas de ligação das linhas ferroviárias às principais estradas, num investimento de US\$ 3,9 bilhões (Presidente João Lourenço, 2018).

Angola tem alcançado melhorias em alguns indicadores, de destacar o domínio da educação uma taxa de alfabetização de jovens e adultos de 75% (contra 50% no início do século), todavia ainda existem crianças fora do sistema educativo. No setor da saúde as taxas de mortalidade infantil (80 por mil em comparação com 180 por mil em 2009) e de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (120 por mil face a 300 por mil no início do século) (MEP, 2018).

A corrupção é prejudicial ao desenvolvimento de qualquer país, segundo o “*Doing Business (2018)*”, Angola está no 175º lugar, é um dos países mais corruptos do mundo, ocupa o lugar 167 (Transparency International, 2018), com grande destaque no setor das construções, (Soren Jensen, 2018). Para resolver esse e outros problemas, segundo o Presidente João Lourenço (2018), o governo tem feitos várias mudanças, dentre elas destacamos as seguintes:

- A apostou em reforma nas leis, aprovou a nova lei do investimento privado e pela primeira vez, criou a lei da concorrência, que prevê a criação de uma autoridade da concorrência, reformas no sistema judicial e de investigação, para que se possa combater a corrupção com eficiência, conferir maior celeridade na resolução de litígios que possam surgir entre os vários cidadãos ou agentes económicos; no âmbito do novo regime financeiro local e descentralização do poder “*Estão sendo lançadas as bases para que em 2020 se dê início ao processo de descentralização administrativa, criando as autarquias locais*”;
- “*sendo inaceitável que o segundo maior produtor de petróleo a sul do Sahara Angola, não tenha uma refinaria à altura, está em execução uma estratégia para a refinação do crude, tendo sido lançados concursos públicos para a construção de uma grande refinaria no Lobito com capitais mistos, uma refinaria em Cabinda*

com capitais privados e dimensionada àquele mercado, bem como o aumento da capacidade da refinaria de Luanda”;

Por outro lado, a taxa de inflação em 2016 foi de 42%, descendo para 23% em 2017. A diferença entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado paralelo era de 150%, e para esse ano prevê-se uma taxa acumulada inferior a 19%, ou seja, *“presentemente esta diferença está ao redor dos 20%, que é a meta que neste domínio foi estabelecida para ser alcançada até ao final deste ano pelo Programa de Estabilização Macroeconómica. Quer dizer que esta meta anual foi atingida ainda antes de o ano finalizar”* (Presidente João Lourenço, 2018).

Para a concretização das reformas o governo está a negociar com o FMI um programa de financiamento ampliado, *“este programa com o FMI está baseado no nosso Programa de Estabilização Macroeconómica e no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, e será importante para a garantia e o reforço da credibilidade das reformas económicas que estamos a introduzir no país, com reflexos positivos num acesso mais favorável de Angola ao mercado financeiro internacional”* ... *“Com esta medida, estaremos em condições, de tendencialmente, passarmos a negociar financiamentos sem garantia de petróleo, situação que urge corrigir, o que aliás já aconteceu com os eurobonds e mais recentemente com este financiamento do FMI, como consequência da credibilidade que Angola vem ganhando ultimamente junto dos mercados financeiros internacionais”* (Presidente João Lourenço, 2018).

Na busca de financiamento e IDE, o Presidente João Lourenço efetuou várias visitas de Estado e com grandes resultados, com destaque para: Reino unido, Alemanha, Portugal, e outros mais. *“No cômputo geral, esses financiamentos totalizaram 11.2 mil milhões de dólares americanos e mais 579 milhões de euros, para além das manifestas intenções de investimento privado direto. É caso para se dizer que fizemos uma verdadeira diplomacia económica”* (Presidente João Lourenço, 2018). Sendo assim, **esta proposta é verificada.**

P3. Angola tem diáspora no exterior

Segundo o instituto das comunidades angolanas no exterior, afeto ao Ministério das Relações Exteriores, o fenómeno da emigração teve quatro grandes momentos: entre os anos 50 e 70, que é caracterizado por movimento migratório ocorrido na sequência do início da luta armada de libertação nacional; o segundo é de 1975-1980, fluxo migratório decorrente da ascensão do país à independência, abriu facilidade de acesso a Portugal,

Congo, África do Sul, Brasil e outros que acolheram alguns cidadãos angolanos; o terceiro período é o de 1992-2002, caracterizado pela profunda crise política e militar pós eleitoral, onde o país voltou a mergulhar numa guerra civil; por fim, o período de 2014-2015, que é marcado pela grave crise financeira que abala os alicerces da economia angolana. A escassez de divisas, desvalorização da moeda nacional e o desemprego se constituíram em fatores de repulsão até alguns dos cidadãos que já tinham regressado ao país.

Para percebermos o contributo da diáspora angolana no exterior é necessário ter em conta a seguinte caracterização: durante o período de 1950-70 a 1974-80, a comunidade de cidadãos angolana já era envelhecida, onde uns naturalizados e plenamente desarraigados da sua origem e outros considerados apátridas, sem papéis, completamente marginalizados no mercado de trabalho ou até indigentes. Encontram-se também alguns profissionais com valências técnicas aproveitáveis e outros com poucos recursos económicos, pensionistas ou dependentes da assistência social; o segundo período de 1990-2015, jovens emigrantes com formação técnico-profissional e académica adquirida nos países de acolhimento, na sua maioria naturalizados, com famílias constituídas, regra geral, salvo raras exceções, não é perceptível na diáspora angolana um conjunto de cidadãos com destaque na vida científico-académica, cultural, desportiva, empresarial ou financeira (Mirex, 2018).

As comunidades angolanas na diáspora encontram-se ainda nos limites de uma diáspora de emergência, na medida em que não está devidamente estruturada e não reúne as valências técnicas e financeiras necessárias para serem congregadas em prol da sua participação no processo de reconstrução económica do país. Sendo assim, **essa proposta não é verificada.**

P4. Angola tem capital físico

Angola tem recebido ajuda pública portuguesa para o desenvolvimento, como constam nos dados do período 2013-2015, onde no setor de infraestruturas e serviços sociais em 2014 rondavam os 3. 277,3 milhões de Euros e 4. 318,0 em 2015. No intervalo de um ano foram registadas diminuições e aumentos em alguns setores, todavia o saldo esteve muito alto em 2013 (6. 294,1 milhões de euros), com a afetação da crise económica 2014 teve queda (3. 685, 8 milhões de euros), e com a subida em 2015 (4. 806,0 milhões de euros) (CCIPA, 2017). O governo chinês também contribui com a ajuda pública para o

desenvolvimento em vários setores, sendo o das infraestruturas (energia e água, transporte, comunicação social e outras obras públicas) de Angola (AERC, 2010).

O PND 2018-2022, prevê as seguintes medidas para o aumento do IDE: simplificação do processo de estabelecimento de investidores estrangeiros (Estatuto do investidor); conceder elevada prioridade e apoio ao IDE virado para o conhecimento, tecnologia e mercados; promover o IDE na agricultura, agroindústria, pescas, indústria transformadora e mineiro (Ministério das Finanças, 2018).

Para que possam ser mantidos e realizados investimentos estratégicos e prioritários, o governo de Angola tem procurado financiamento externo nos mercados de capitais, bem como junto de instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O fluxo de IDE tem sofrido quedas na África Austral em geral, com perdas de 66%, contabilizando apenas 3,8 mil milhões de dólares, em Angola em particular, os valores rondavam os \$4.1 bilião em 2016 e em 2017 foi de -2. 255, como resultado a diminuição da produção de petróleo (suspensão das propostas de novos blocos de exploração em 2017) e deterioração dos fatores macroeconómicos (UNCTAD, 2018). O saldo é muito positivo em termos de projetos de IDE aprovados (neste trabalho não tivemos acesso aos projetos já efetuados, em curso ou estagnados), por exemplo, existem iniciativas de países como Índia, Reino Unido, Rússia, China, Portugal e Alemanha com iniciativas em diversos setores, desde produção de alumínio, produção agrícola, construção de portos, etc. (ver anexo 4). Pelo fraco impacto do capital físico, e a reduzida capacidade da ZEE Luanda-Bengo em aumentar em atrair IDE, **esta proposta não se verifica.**

P5. Angola está em transição gradual

Após a independência em 1975, e com as enormes dificuldades e mudanças, levaram o país a adotar o socialismo, como modelo de economia centralizada. Os ventos de mudança deveram-se a aproximação de Angola às instituições ocidentais (FMI, Banco Mundial, ONU, PNUD). Após as primeiras eleições democráticas no período de 1991, com o advento da paz, Angola alterou a constituição para república de Angola, deixando de ser República Popular de Angola, a constituição da República de Angola de 2010, vem realçar a vigência de uma economia de mercado (Menezes, 1996).

Segundo o novo presidente, *“a redução da participação do Estado na economia como produtor direto de bens e serviços e a promoção de condições favoráveis à iniciativa*

privada, ao investimento estrangeiro e à aquisição de Know-how, o Executivo vai iniciar ainda no corrente ano um programa de privatizações de várias empresas em que o Estado é o atual proprietário, ou tem participações” ... “O objetivo é o de capacitar o setor empresarial privado, para que cumpra com o papel que lhe cabe na sociedade, o de principal agente de produção de bens, de serviços e de postos de trabalho” (Presidente João Lourenço, 2018). Relativamente à Sonangol *“vai se iniciar em breve o processo de privatização de grande parte das suas empresas não nucleares, quer sejam subsidiárias ou participadas”* (Presidente João Lourenço, 2018), e para as empresas em geral o executivo pretende diminuir parcial ou gradualmente a carga fiscal sobre as empresas. Ainda segundo as palavras do Presidente João Lourenço (2018), o executivo tem procurado mobilizar linhas de crédito que, por via da banca comercial, possam disponibilizar créditos ao setor empresarial privado, principalmente para os de mão-de-obra intensiva como a agricultura, as indústrias diversas, as pescas e o turismo.

A produtividade total da economia angolana cresceu a uma taxa média anual de 3,3% no período 2000-2015, tendo evoluído a 5,2% no quinquénio inicial (até 2005), caído para 2,3% na década seguinte (até 2015), fruto da quebra do ritmo médio de crescimento do PIB e a rigidez do “emprego”. A produtividade foi causada pelo contributo dos seguintes setores: agricultura, pecuária e floresta (9,8%), diamantes (23,1%), indústria transformadora (20,4%) e construção (9,4%), sendo que os setores com uma contribuição mais moderada foram o da eletricidade (-14,6%), pescas (0,8%), petróleo e gás (4,9%) e comércio (4,6%), como mostra os dados do PND (MEP, 2018). As relações comerciais com Portugal contemplaram a exportação de Portugal para Angola de um grau de intensidade tecnológica nas seguintes categorias: Alta (em 2014 - 8,2%; em 2015 - 9,1%), Média-alta (em 2014-33,4%; em 2015 - 31,9%) e baixa (em 2014 - 37,9%; em 2015 - 39,5%) (CCIPA, 2017).

O governo deu início ao programa de estabilização macroeconómica, com 36 objetivos e 109 medidas. Dentre várias medidas, foi adotado o regime de câmbio flutuante, com o objetivo de reduzir as tensões no mercado cambial. Desde o início do ano de 2018, verificou-se uma depreciação na ordem dos 8% em relação ao Euro (em fevereiro o Euro cotava-se em 260 Kwanzas e o USD nos 208 Kwanzas), depois seguiram-se pequenas desvalorizações derivadas das variações da oferta e procura de divisas. Os preços registaram uma taxa de inflação que ultrapassam valores de um dígito em 2013 e 2014, a rondar os 7,5% para o triplo em 2016, chegando mesmo a ultrapassar os 40% como

resultado da depreciação da moeda nacional, da escassez de divisas para a importação de bens e serviços, do ajustamento dos preços dos combustíveis derivados do petróleo, bem como o fornecimento de energia, eletricidade e água. Com a implementação de medidas para conter a inflação, os resultados foram notórios em 2017, que reduziu até 23,7% (MEP, 2018). Portanto, **esta proposta é verificável.**

P6. Angola está em processo de mudança da agricultura para a indústria.

O censo populacional de 2014, revelou que a maior parte da população está empregada no setor primário (42,9%), seguindo-se o setor terciário (26,2%) e o setor secundário (6,1%) MEP (2018). Segundo Pacheco *et al.* (2017), os dados do ministério da agricultura até 2015, mostram que o setor agrícola angolano representa 11% do PIB, as unidades produtivas são na sua maioria empresas familiares (mais de 99%), que produzem para sanar as necessidades do seu agregado e algum excedente para comercialização.

O estudo sobre as transformações estruturais das económicas da África Subsariana, mostra que Angola apresenta variações importantes na agricultura e na indústria transformadora, em 10 anos o peso da agricultura no PIB quase não se alterou (6% em 2000 para 10% em 2010), fruto da guerra civil que perdurou 27 anos, mas que teve uma alteração na diminuição do peso relativo da indústria (extrativa) (72% para 63% para o mesmo período) como afirma Rocha *et al.* (2016). A agricultura criou um total de 2.928,62 mil empregos em 2013, com um ligeiro aumento para 2.932,76 mil em 2014. O setor da indústria transformadora contribuiu para o PIB em 2014 (4,40%), e aumentou em 2015 (8,60%). Em termos de emprego para o ano de 2013 os números rondavam os 76.379 mil, com aumento em 2014 para 80.135 (CCIPA, 2017).

A agricultura tem recebido especial atenção por parte do governo, com apoio da agricultura familiar e a comercialização de produtos agrícolas com parceiros internacionais, de destacar “*os projetos financiados pelo Banco Mundial, Banco Africano de desenvolvimento (BAD), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que têm apoiado mais de 250 mil pequenos produtores agrícolas. Com vista ao desenvolvimento da investigação agrária, foi dada prioridade ao processo de implantação dos primeiros 6 centros de investigação, como Unidades Orgânicas dos atuais institutos de investigação Agrária existentes*” (Presidente João Lourenço, 2018).

Essa proposta não é verificada.

5. Conclusões e Recomendações, Limitações e Sugestões para Estudos Futuros

5.1. Conclusão e Recomendações

De acordo com os resultados acima apresentados, e em comparação com o estudo do caso chinês, testado em Moçambique por Hao (2014), concluímos que em Angola alguns fatores de sucesso e outros modelos de crescimento económico, vão de acordo com o modelo estudado. Os resultados são provados na análise pela localização estratégica que Angola possui, com corredores de desenvolvimento que funcionam como vias de ligação de todo país com saída para os países vizinhos. Angola tem uma rede de infraestruturas pouco desenvolvidas mas com projetos ambiciosos, os níveis de abastecimento de água e energia estão a subir todos os anos. Em termos de diáspora no exterior, não é verificado, mas em termos de investimento, o número de iniciativas e projetos aprovados nos últimos 2 anos são satisfatórios, embora não sendo possível verificar o grau de aplicação de fato. No setor não petrolífero, a agricultura ainda é o setor que mais contribui para o PIB da economia angolana, com reduzida expressão do setor industrial. Com a eleição do novo presidente da república, o governo de Angola tem demonstrado um empenho maior, com mais políticas preferenciais e incentivos, com mais investimento em infraestruturas, a situação poderá ser melhorada. Em suma, podemos dizer que existe potencial, Angola e a ZEE Luanda-Bengo possuem alguns fatores de sucesso, mas que é necessário um esforço por políticas mais rigorosas, maior abertura e incentivos que possam promover a atração de investimento, para culminar com o bom desempenho da ZEE Luanda-Bengo.

5.2. Limitações

Durante a investigação, identifiquei algumas limitações, especificamente em relação ao acesso e recolha de informação, bem como na análise de dados. Primeiramente, Angola é um país com muitas limitações no acesso a informação fidedigna e a ZEE Luanda-Bengo está nesse momento a criar a sua base de dados, ou seja, não existem dados publicados desde a sua criação. Durante a fase das entrevistas, o número de entrevistas era maior, sendo que as respostas foram reduzidas.

5.3. Sugestões para estudos futuros

Em estudos futuros, seria interessante verificar os fatores de sucesso, uma vez que as mudanças que o novo presidente da República está a efetuar em termos de maior publicação de informações, criação da base de dados da ZEE Luanda-Bengo, mudança e reformas em todas as esferas da economia nacional, no ritmo em que estão a acontecer,

A Importância das ZEEs no Crescimento Económico, o Caso da ZEE Luanda-Bengo
Aryclenes Pascoal

poderão surtir efeitos positivos. Também seria interessante analisar o impacto das possíveis exportações de produtos angolanos nos países vizinhos.

Referências Bibliográficas

- Abraham, F., Konings, J., Sloomakers V. (2010). “FDI Spillovers in the Chinese Manufacturing Sector: Evidence of Firm Heterogeneity”. *Economics of Transition*, vol. 18, nº1, pp. 143–182.
- Adams, Samuel (2009). “Foreign Direct Investment, Domestic Investment, and Economic Growth in Sub-Saharan Africa”. *Journal of Policy Modeling*, vol. 31, pp. 939-949.
- Addison, T., Heshmati, A. (2003). “The New Global Determinants of FDI Flows to Developing Countries: The Importance of ICT and Democratization”. *Wider Discussion Paper*, nº 45.
- Adele, Aregbeshola (2012). “Does Import Substitution Industrialization Strategy Hurt Growth?: New Evidence from Brazil and South Africa”. *African and Asian Studies*, vol. 11, pp. 288-314.
- African Economic Research Consortium (AERC) (2010). “The Impact of China-Africa Aid Relations: The Case of Angola”. *Policy Brief*, nº 1.
- Aggarwal, Aradhna (2007). “Impact of Special Economic Zones on Employment, Poverty and Human Development”. *Indian Council for Research on International Economic Relations*, Working Paper, nº 194.
- Albino, F., Tavares, F., Pacheco L. (2016). “Investimento Direto Estrangeiro em Angola”. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, vol. 2, nº 3.
- Alder, S., Shao, L., Zilibotti, F. (2016). “Economic Reforms and Industrial Policy in a Panel Chinese Cities”. *Journal of Economic Growth*, vol. 21, pp. 305-349.
- Annual Report (2016). *Towards Sustainable and Lasting Growth*. Government of India, Ministry of Commerce & Industry.
- Ayob, A., Freixanet, J. (2014). “Insights Into Public Export Promotion Programs in an Emerging Economy: The Case of Malaysia SMEs”. *Evaluation and Program Planning*, vol. 46, pp. 38-46.
- Bakar, N., Mat, S., Harun, M. (2012). “The Impact of Infrastructure on FDI: The Case of Malaysia”. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, vol. 65, pp. 205-211.

- Baltagia, B., Eggerb, P., Pfaffermayrd (2007). “Estimating Models of Complex FDI: Are there Third-Country Effects?”. *Journal of Econometrics*, vol. 140, pp. 260-281.
- Banga, R. (2003). “Impact of Government Policies and Investment Agreements on FDI Inflows”. *India Council for Research on International Economic Relations*, Working Paper, nº 116.
- Belloumi, Mounir (2014). “The relationship between trade, FDI and economic growth in Tunisia: An Application of The Autoregressive Distributed Lag Model, *Economic Systems*, nº 38, pp. 269–287.
- Bénassy-Quéré, W., Coupet, M., Mayer, T. (2007). “Article Institutional Determinants of FDI”. *The World Economy*, pp. 764-782.
- Biswas, Romita (2002). “Determinants of Foreign Direct Investment”. *Review of Development Economics*, vol. 6, nº 3, pp. 492-504.
- Bitzenis, A., Nushkova, V. (2011). “Investment Obstacles in the Manufacturing Sector in FYR Macedonia: Do the Subsector Specifics Matter?”. *Journal of East-West Business*, vol. 17, pp. 213-246.
- Botric, V., Skuflic, L. (2006). “Main Determinants of Foreign Direct Investment in the Southeast European Countries”. *Transition Studies Review*, vol. 13, nº 2, pp. 359-377.
- Ccipa (2017). *Ficha Técnica Anuário Angola 2017/18*. Edição 19º.
- CESO (2016). *Estudo Logística Angola*. Lisboa, CESO Development Consultants e Associação Industrial Portuguesa.
- Chakrabarti, Avik (2001). “The Determinants of Foreign Direct Investment: Sensitivity Analyses of Cross-Country Regressions”. *Kyklos*, vol. 54, fasc. 1, pp. 89-114.
- Chanegriha, M., Stewart, C., Tsoukis, C. (2017). “Identifying the Robust Economic Geographical and Political Determinants of FDI: An Extreme Bounds Analysis”. *Empir Econ*, vol. 52, pp. 759-776.
- Cheng, L., Kwan, Y. (2000). “What are the Determinants of the Location of Foreign Direct Investment? The Chinese Experience”. *Journal of International Economist*, vol. 51, pp. 379-400.
- CIIP (2017). *Special Economic Zones, An Operational Review of Their Impacts*. Competitive Industries and Innovation Program. World Bank Group.

Coan, T., Kugler, T. (2008). “The Politics of Foreign Direct Investment: An Interactive Framework”. *International Interactions*, vol. 34, pp. 402-422.

Costa, Paulo Ângelo (2017). *Ensino da História Económica de Angola: Uma Proposta de Programa Curricular*. Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalense, Brasil.

Cypher, J., e Dietz L. (2009). *The Process of Economic Development*. 3ª Ed. London. Routledge.

Dauti, Bardhyl (2015). “Determinants of Foreign Direct Investment in Transition Economies, with Special Reference to Macedonia: Evidence from Gravity Model”. *South East European Journal of Economics and Business*, vol. 10, nº 2, pp. 7-28.

Dees, Stephane (1998). “Foreign Direct Investment in China: Determinants and Effects”. *Economics of Planning*, vol. 31, pp. 175-194.

Dixon, J., Haslam, P. (2016). “Does the Quality of Investment Protection Affect FDI Flows to Developing Countries? Evidence from Latin America”. *The World Economy*.

Du, J., Lu, Y., Tao, Z. (2008). “Economic Institutions and FDI Location Choice: Evidence from US Multinationals in China”. *Journal of Comparative Economics*, vol. 36, pp. 412-429.

Dunning, John (2001). “The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production: Past, Present and Future”. *International Journal of the Economics of Business*, vol. 8, nº 2, pp. 173-190.

Duttai, N., Osei-Yeboah, K. (2013). “A New Dimension to the Relationship Between Foreign Direct Investment and Human Capital: The Role of Political and Civil Rights”. *Journal of International Development*, vol. 25, 160-179.

Eicher, T., Helfman, L., Lenkoski, A. (2011). “Robust FDI Determinants: Bayesian Model Averaging in the Presence of Selection Bias”. *Center for Statistics and the Social, University of Washington, Working Paper*, nº 110.

Farole, T., Akinci, G. (2011). *Special Economic Zones, Progress, Emerging Challenges, and Future Directions*. The International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank.

Farole, Thomas (2011). *Special Economic Zones in Africa, Comparing Performance and Learning from Global Experiences*. The International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank.

Ferreira, M., Ferreira, J. (2016). “The Impact of Selected Institutional Environment Dimensions of Sub-Saharan Countries on their Ability to Attract Foreign Direct Investment”. *Internext*, vol. 11, nº 1, pp. 21-36.

García, J., Lora, J. (2009), “Shenzhen, Zona Económica Especial: Bisagra De La Apertura Económica y El Desarrollo Regional Chino, *Revista Latina Americana de Economía*, vol. 40, nº 156.

Germaschewski, Yin (2016). “Getting Help from Abroad: The Macro-Economics of Foreign Direct Investment in Infrastructure in Low-Income Countries”. *Canadian Journal of Economics*, vol. 49, nº 2, pp. 1502-1535.

Gok, A., Dogruel, A. (2016). “The Role of Governance of Inward Foreign Direct Investment in Developing Countries”. *Marmara Universitesi Iktisadi ve Idari Bilimler Dergisi*, vol. 38, pp. 87-109.

Hajduga, Piotr (2014). “Special Economic Zones in the Lower Silesia Region as a Regional Development Stimulator During the Crisis”. *Research Papers of Wrocław University of Economics*, nº 334.

Hao, Zhang (2014). *Chinese Special Economic Zones and the Development of African Countries, The Mozambique Case*. Dissertação de Mestrado. ISEG/Universidade de Lisboa, Portugal.

Herlevi, April (2017). “Economic Growth or Sowing the Seeds of Destruction? The Role of Economic Development Zones in China”. *Journal of Chinese Political Science/Association of Chinese Political Studies*, nº 22, pp. 675-689.

Hodovic, Babic Vesna; Silajdzic, Sabina; Mehic, Eldin (2013). “The Impact of FDI on Economic Growth: Some Evidence from Southeast Europe, *Emerging Markets Finance & Trade*, vol. 49, nº1, pp. 5–20.

Iamsiraroj, Sasi (2016). “The Foreign Investment-Economic Growth Nexus”. *International Review of Economics and Finance*, vol. 42, pp. 116-133.

Ilhéu, Fernanda (2010). “Chinese Outward Foreign Direct Investment: In Search of a New Theory”. *International Journal of Asian Business and Information Management*, vol. 1, nº 4, pp. 43-56.

Indústria. Luanda, Revista do Ministério da Indústria, 2012, nº 2.

Jensen, Nathan (2008). “Political Risk, Democratic Institutions, and Foreign Direct Investment”. *The Journal of Politics*, vol. 70, nº 4, pp. 1040-1052.

Kinuthia, B., Murshed, S. (2015). “FDI Determinants: Kenya and Malaysia Compared”. *Journal of Policy Modeling*, vol. 37, pp. 388-400.

Liu, X., Heilig, G., Chen, J., Heino, M. (2007). “Interactions Between Economic Growth and Environmental Quality in Shenzhen, China's First Special Economic Zone”. *Ecological Economics*, vol. 62, pp. 559–570.

Marr, A. (1997). “FDI Flows to Low Income Countries: A Review of The Evidence”. *Overseas Development Institute*, Vol. 3, pp. 1-11.

Mattei, L., Santos Júnior, A. (2009). “Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada”. *Revista de Economia*, vol. 35, nº 1, pp. 93-115.

Mayrotas, G., Murshed, S., Torres, S. (2011). “Natural Resource Dependence and Economic Performance in the 1970-2000 Preiod”. *Review of Development Economics*, vol. 15, nº 1, pp. 124-138.

Mc Gowan Jr., C., Moeller, S. (2009). “A Model for Making Foreign Direct Investment Decisions Using Real Variables for Political and Economic Risk Analysis”. *Managing Global Transitions*, vol. 7, nº 1, pp. 27-44.

Mehic, E., Silajdzic, S., Babic-Hodovic, V. (2013). “The Impact of FDI on Economic Growth: Some Evidence from Southeast Europe”. *Emerging Markets Finance & Trade*, vol. 49, nº1, pp. 5-20.

Menezes, Silva (1996). *Dinâmica da Transição de uma Economia Dependente Colonial para Economia Centralmente Planejada e sua Inflexão Recente para Economia de Mercado*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Brasil.

Mengistu, A., Adhikary, B. (2011). “Does Good Governance Matter for FDI Inflows? Evidence from Asian Economies”. *Asian Pacific Business Review*, vol. 17, nº 3, pp. 281-299.

Méon, P.-G., Sekkat, K. (2015). “The Formal and Informal Institutional Framework of Capital”. *Journal of Comparative Economics*, vol. 43, pp. 754-771.

MEP (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. Ministério da Economia e Planeamento, Angola.

Ministério da Economia de Angola (2011). “Programa de Desenvolvimento das MPMEs

Ministério das Finanças (2018). Relatório de Fundamentação, *Proposta de Prçamento Geral do Estado 2018*.

Nagayya, D., Rao, T. (2010). “Special Economic Zones for Rapid Industrialization and Regional Development: Progress and Concerns”. *The IUP Journal of Managerial Economics*, vol. 8, nº1 & 2.

Neuhaus (2006).

Neuhaus, Marco (2006). *The Impacto of FDI on Economic Growth: An Analysis for the Transition Countries of Central and Eastern Europe*. New York, Physica-Verlag.

Nnadi, M., Soobaroyen, T. (2015). “International Financial Reporting Standards and Foreign Direct Investment: The Case of Africa”. *Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting*, vol. 31, pp. 228-238.

Nnnonenberg, M., Mendonça, M. (2005). “Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento”. *Estudos Económicos*, São Paulo, vol. 35, nº 4, pp. 631-655.

Obwona, Marios (1998). “Determinants of Foreign Investments and their Impact on Economic Growth in Uganda”. *SISERA*, Working Paper Series, nº 1.

Pakdeenurit, P., Suthikarnnarunai, N., Rattanawong, W. (2014). “Special Economic Zone: Facts, Roles, and Opportunities of Investment”. *IMECS*, vol. 2.

Pan, H. W; Ngo, T. X (2000). “Acquisition of Technological, Capability through Special and Economic Zones: The Case of Shenzhen Sez”. *Industry and Innovation*, vol. 7, nº 2, pp. 199–221.

Papastawridis, Pedro (2013). *Zonas Económicas Especiais e sua Contribuição à Competitividade Nacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Cândido Mendes, Brasil.

Pradhan, Jaya (2004). “The Determinants of Outward Foreign Direct Investment: A Firm-Level Analysis of Indian Manufacturing”. *Oxford Development Studies*, vol. 32, nº 4.

Quaicoe, A., Aboagye, A., Bokpin, A. (2017). “Assessing the Impact of Export Processing Zones on Economic Growth in Ghana”. *Research in International Business and Finance*, vol. 42, pp. 1150–1163.

Rady, Tamer (2012). “Foreign Direct Investment and Growth: Theory, Evidence and Lessons for Egypt”. *Journal of International Business Research*, vol. 11, nº1.

Razavi, S., Hashemi, S., Zavadskas, E. (2012). “Prioritization of Export Promotion Programs by Fuzzy Linear Assignment Method”. *Inžinerine Ekonomika-Engineering Economics*, vol. 23, nº 5, pp. 462-470.

Rocha, Alves da; Paulo, Francisco; Bonfim, Luís; Santos, Regina (2016). “Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana”. *CEIC*, Universidade Católica, Luanda, 1ª Edição.

Sadc (2009). *Relatório da Situação do Desenvolvimento Regional das Infraestruturas na SADC para o Conselho e Cimeira*. SADC Infraestruturas.

Salvador, Ana (2012). “The Opening Process of China's Economy to Foreign Investment”. *Revista de Economia Mundial*, vol. 30, pp. 209-231.

Shamsuddoha, A., Ali, M., Ndubisi, N. (2009), “A Conceptualisation of Direct and Indirect Impact of Export Promotion Programs on Export Performance of SMEs and Entrepreneurial Ventures”. *International Journal of Entrepreneurship*, vol. 13, Special Issue.

Singala, S., Atmavilas, S., Singh, E. (2011). “Special Economic Zones in India: Policies, Performance and Problems”. *ASCI Journal of Management*, vol. 40, nº 2, pp. 21–59.

Singh, Jatinder (2010). “Economic Reforms and Foreign Direct Investment in India: Policy, Trends and Patterns”. *The IUP Journal of Financial Economics*, vol. 8, nº 4.

Stack, M., Ravishankar, G., Pentecost, E. (2017). “Foreign Direct Investment in the Eastern European Countries: Determinants and Performance”. *Structural Change and Economic Dynamics*, vol. 41, pp. 86-97.

Stoian, Carmen; Filippaios, Fragkiskos (2008). “Dunning’s Eclectic Paradigm: A Holistic, yet Context Specific Framework for Analysing the Determinants of Outward FDI Evidence from International Greek Investments”. *International Business Review*, vol. 17, pp. 349-367.

Su, Y., Liu, Z. (2016). “The impact of Foreign Direct Investment and Human Capital on Economic Growth: Evidence from Chinese Cities. *China Economic Review*, vol. 37, pp. 97–109.

Trevino, L., Daniels, J., Upadhyaya, K. (2002). “Market Reform and Foreign Direct Investment in Latin America: Evidence from an Error Correction Model”. *The International Trade Journal*, vol. 16, nº 4.

- UNCTAD (2018). *Investment and New Industrial Policies*. World Investment Report, United Nations.
- Vadlamannati, K., Tamazian, A. (2009). “Growth Effects of FDI in 80 Developing Economies: The Role of Policy Reforms and Institutional Constraints”. *Journal of Economic Policy Reform*, vol. 12, nº 4, pp. 299-322.
- Vogiatzoglou, Klimis (2007). “Vertical Specialization and New Determinants of FDI: Evidence from South and East Asia”. *Global Economic Review*, vol. 36, nº 3.
- Voyer, P., Beamish, P. (2004). “The Effect of Corruption on Japanese Foreign Direct Investment”. *Journal of Business Ethics*, Vol. 50, pp. 211-224.
- Wang, M., Wong, M.C. (2009). “Foreign Direct Investment and Economic Growth: The Growth Accounting Perspective”. *Economic Inquiry*, vol. 47, nº 4, pp. 701-710.
- Warr, Peter; Menon, Jayant (2016). “Cambodia's Special Economic Zones. “*Journal of Southeast Asian Economies*, Vol. 33, nº 3, pp. 273-90.
- Wattanadumronga, B., Collins, A., Snell, M. (2014). “Taking the Thai Trail: Attracting FDI via Macro-Level Policy”. *Journal of Policy Modeling*, vol. 36, pp. 1135-1151.
- Williams, Kevin (2017). “Foreign Direct Investment, Economic Growth, and Political Instability”. *Journal of Economy Development*, vol. 42, nº 2.
- Woo, Jeajoon (2009). “Productivity Growth and Technological Diffusion through Foreign Direct Investment”. *Western Economic Association International*, vol. 47, nº 2, pp. 226-248.
- Zeng, Douglas Zhihua (2016). “Special Economic Zones: Lessons from the Global Experience”. *PEDL Synthesis Paper Series*, nº 1.
- Zheng, G., Barbieri, E., Tommaso, M., Zhang, L. (2016). “Development Zones and Local Economic Growth: Zooming in on the Chinese Case”. *China Economic Review*, nº 38, pp. 238–249.

Referência Online

Doing Business (2018). Ease of Doing Business in Angola [Online]: Disponível em:

<http://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/angola?topic=trading-across-borders> [Acedido em 20 de outubro de 2018].

<http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=36578> [Acedido em 20 de outubro de 2018].

<https://www.transparency.org/country/AGO> [Acedido em 20 de outubro de 2018].

Presidente João Lourenço (2018). Íntegra do Discurso sobre Estado da Nação 2018.

Portal Oficial do Governo de Angola [Online]: Disponível em:

The Economist (2018). Special Economic Zones, Not so Special [online]: Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2015/04/04/not-so-special> [Acedido em 14 de julho de 2018].

Transparency International (2018). Corruption Perceptions Index 2017 [Online]:

Disponível em:

Anexo I - Questionário à diretores de empresas presentes na ZEE Luanda-Bengo E. P

Nome, Nacionalidade, grau académico, Empresa e cargo que ocupa.	Alexandre dos Santos, Angolana, Engenheiro, INDUPLASTIC/MECAMETAL, Diretor Geral.	Frederico Fernandes, Angolana, Engenheiro, VEDATELA
É uma empresa Pública ou Privada?	Pública.	Pública
Qual é o Tipo de atividade realizada pela empresa?	Fabricação de plásticos pelo processo de injeção.	Produção de vedações de arames
Qual é o Setor de atividade da empresa?	Industrial.	Industrial.
Qual é o número de empregos criados?	63 trabalhadores.	107 Trabalhadores.
Qual é a percentagem de mão-de-obra local?	Acima de 90%.	100% nacional.
Qual é a percentagem de vendas no mercado interno e exportação?	Mercado interno apenas.	Produção orientada para o mercado interno, todavia existe mercado nos países vizinhos (0%) de exportação.
Qual é o grau de satisfação do investimento?	Altíssimo.	Existe vontade do investidor privado nacional, mas sem qualquer investimento além do público até o momento.
Quais as dificuldades e problemas sentidos na fase de montagem e na gestão corrente?	Especialização da mão-de-obra nacional.	Falta de autonomia na gestão; falta de especialização de mão-de-obra; falta de equipamentos para levar os produtos para os países vizinho; fracas infraestruturas.
Quais os fatores de escolha da ZEE Luanda-Bengo?	S/R.	A área tem uma posição estratégica, pela expansão dos mercados para Sul e para o Leste, aproximação do novo aeroporto internacional, aproximação das estações dos caminhos-de-ferro.

S/R: Sem Resposta

A Importância das ZEEs no Crescimento Económico, o Caso da ZEE Luanda-Bengo
Aryclenes Pascoal

Anexo II - Questionário à diretora da ZEE Luanda-Bengo E. P	
Nome, nacionalidade, grau académico, cargo que ocupa na empresa	Teresa Maria Fortunato, Angolana, Diretora Comercial e Marketing da ZEE-Luanda-Bengo E. P
Quantas empresas existem na ZEE Luanda-Bengo e a sua consequente proveniência de capital?	Neste momento existem cerca de 250 empresas instaladas na ZEE Luanda-Bengo E.P, 53 delas de capital público e as restantes de capital privado.
Qual é o contributo da ZEE Luanda-Bengo para a Exportação?	Um dos objetivos da criação da ZEE E.P é a exportação, de formas a contribuir para o desenvolvimento do país.
Qual é o contributo da ZEE Luanda-Bengo no total das exportações de Angola?	Neste momento não existe uma estatística de produtos exportados provenientes da ZEE Luanda-Bengo E.P.
Qual é a percentagem do produto industrial da ZEE Luanda-Bengo no total do produto industrial de Angola?	S/R
Qual é o impacto da ZEE Luanda-Bengo para a geração de emprego?	S/R
Qual é o contributo da ZEE Luanda-Bengo na atração de IDE?	S/R
Qual é o impacto da ZEE Luanda-Bengo para a transferência de tecnologia/ qual a sua relação com o progresso tecnológico?	S/R
Qual é o contributo da ZEE Luanda-Bengo na criação e acumulação de capital?	S/R
Que importância tem a ZEE Luanda-Bengo no poder de compra das populações angolanas?	S/R
Considera que a ZEE Luanda-Bengo possui uma posição estratégica?	Sim
A ZEE Luanda-Bengo tem capacidade de atrair investimento da diáspora angolana, portuguesa ou chinesa no exterior?	Sim, tem capacidade, mas neste momento o percentual de capital estrangeiro investido na ZEE Luanda-Bengo E.P é elevado em relação investimento privado nacional.
Considera que Angola possui um setor privado forte?	Ainda não, mas está caminhando neste sentido.

S/R: Sem Resposta

A Importância das ZEEs no Crescimento Económico, o Caso da ZEE Luanda-Bengo
Aryclenes Pascoal

Anexo II - Questionário à AIPEX	
Nome, nacionalidade, grau académico e cargo que ocupa na instituição.	Bruno Baptista, Angolano, Mestre, Técnico da área de Licenciamento de projetos.
Qual é a importância da ZEE Luanda-Bengo na atração de IDE para Angola?	S/R
Qual é o total de IDE em Angola e qual a percentagem da ZEE Luanda-Bengo?	Ver mapa de projetos aprovados
Qual é o plano da AIPEX para atrair IDE nos próximos dois anos?	Os planos ou programas para atração de IDE são traçados pelo governo, como por exemplo o PND 2018-2022, PRODESI, a lei do investimento privado, entre outros, são programas ou instrumentos legais criados para direcionar o IDE para os setores identificados como prioritários.
A ZEE Luanda-Bengo tem capacidade de atrair investimento da diáspora angolana portuguesa ou chinesa no exterior?	S/R
Considera que Angola possui um setor privado forte?	O setor privado angolano está em crescimento, porém ainda apresenta algumas debilidades, do ponto de vista financeiro, tecnológico e <i>know-how</i> . Muitos serviços ainda são importados.
Qual é o grau de satisfação do investimento?	Não temos um instrumento para medir o grau de satisfação do investimento, mas tendo em conta o número de projetos aprovados nos últimos anos e o volume de investimento privado, caso venham a ser implementados nos termos em que foram apresentados, podemos considerar como aceitável.
Quais as dificuldades e problemas sentidos pelas empresas na fase de montagem e na gestão corrente?	Algumas empresas enfrentam dificuldades como o acesso a água, energia, vias de acesso, a demora para obtenção de algumas licenças (burocracia), mão-de-obra qualificada para desenvolver trabalhos específicos.
Qual é percentagem de vendas no mercado interno e externo?	S/R
Qual é a sua visão sobre o comprometimento do governo para o desenvolvimento do país?	O governo tem tomado algumas medidas económicas e políticas nos últimos tempos, medidas estas que podemos considerar como fortes indicadores para o desenvolvimento do país, na atração de IDE, reformas fiscais e tributárias, desburocratização de alguns serviços do Estado e isenção de vistos em passaportes ordinários para alguns países, de formas a facilitar a movimentação de pessoas, bens e mercadorias.

S/R: Sem Resposta